

Comunicado Presidente da Associação dos Agricultores do Ribatejo – Luís Seabra

05 de março de 2026

Terminada esta sessão, cabe-me agradecer ao nosso parceiro Tagusvalley pela organização desta sessão de lançamento deste projeto, no qual temos muito orgulho em participar conjuntamente.

Gostaria também de agradecer a presença de todos os representantes de organismos oficiais, bem como de todos os outros participantes aqui presentes, com especial destaque para a Ana e o Vitor, que com o seu conhecimento, abrilhantaram esta sessão.

Quero igualmente agradecer ao nosso consultor Diogo Palha, pelo contributo fundamental que teve na preparação da candidatura conjunta e pela garantia que nos dá do seu acompanhamento ao longo da execução e dinamização do projeto até à sua conclusão.

Antes de encerrar, entendo que não devo deixar de aproveitar esta oportunidade para deixar uma mensagem aos nossos governantes e aos organismos oficiais com responsabilidades na gestão do território.

Os fenómenos climáticos extremos recentes vieram, mais uma vez, pôr a claro as fragilidades de um território degradado, sem manutenção adequada há décadas e marcado pela ausência de liderança e de uma governança efetiva.

Abordar a temática da Sustentabilidade nesta fileira, implica também abordar estes temas.

Não podemos confundir estragos inevitáveis com danos amplificados pela degradação acumulada das infraestruturas — pontes, diques, valas, linhas de água e estradas — que já revelavam sinais preocupantes há vários anos.

As responsabilidades na gestão do território existem — algumas são evidentes, outras menos visíveis — mas, no final, o resultado parece sempre o mesmo: ninguém é responsável.

A situação das pontes é, neste momento, particularmente preocupante, tendo em conta o efeito destruidor dos caudais de cheia, com volumes e velocidades muito para além dos limites previstos. A sua monitorização torna-se, por isso, urgentíssima.

Exige-se também um controlo rigoroso do trânsito condicionado nessas infraestruturas, com limites de peso devidamente fiscalizados e com coimas agravadas que tenham um verdadeiro efeito dissuasor.

Existem igualmente diques com ruturas graves e portas de água destruídas — como no caso da Vala de Azambuja, sujeita a marés de cerca de quatro metros — que requerem reparação urgente ou, desde já, a definição de medidas compensatórias e indemnizatórias para quem fique impossibilitado de realizar as suas culturas de primavera e verão.

Os agricultores e a produção agrícola são responsáveis pela gestão das suas parcelas e pelo cuidado direto das mesmas, mas estas encontram-se inseridas num território e quando esse território se encontra degradado — por incapacidade do Estado — o processo produtivo fica inevitavelmente condicionado e afetado.

Intervenções no território rural sem o conhecimento e a participação ativa dos seus cuidadores — os agricultores — não são um bom sinal, algo que continuamos a sentir nos planos iniciais de recuperação dos danos.

Tudo aquilo que acabámos de referir afeta diretamente a sustentabilidade nos seus vários pilares, Económica, Ambiental, Social e de Governança, o que só reforça a nossa motivação para assumir o desafio deste projeto ESG Agrifood, que, nas vertentes que aborda, terá necessariamente de considerar o enquadramento territorial presente e futuro.

Este exercício irá não só obrigar-nos a evoluir enquanto agentes económicos mas também a procurar e a exigir respostas dos organismos oficiais: um plano estratégico, no mínimo para os próximos três anos, e a definição clara de entidades gestoras com competências e responsabilidades bem atribuídas.

Esperamos que tenham gostado desta sessão inicial e que as expectativas com que ficam em relação a este projeto sejam semelhantes às nossas.

Estamos prontos para a exigência deste desafio, com motivação elevada e empenho total, para que na sessão de encerramento, no final de 2027, possamos concluir com orgulho:

Valeu a pena.